

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A AUTONOMIA E A INCLUSÃO SOCIAL

**FINANCIAL EDUCATION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION:
CONTRIBUTIONS TO AUTONOMY AND SOCIAL INCLUSION**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 01/10/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790738257](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790738257)

Roberto Medeiros da Fonseca Cavalcante¹

RESUMO

A educação financeira tem assumido papel crescente nas discussões sobre formação cidadã, especialmente diante do aumento do endividamento das famílias, da ampliação da oferta de crédito e da necessidade de decisões econômicas mais conscientes. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa temática apresenta relevância particular, uma vez que os estudantes dessa modalidade frequentemente conciliam trabalho, responsabilidades familiares e desafios relacionados à vulnerabilidade socioeconômica. Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da educação financeira para a promoção da autonomia e da inclusão social na Educação de Jovens e Adultos, por meio de uma revisão narrativa da literatura. A pesquisa foi desenvolvida a partir de estudos publicados em bases nacionais e internacionais, além de documentos normativos relacionados à educação financeira e à EJA. Os resultados indicam que a educação financeira, quando compreendida como componente da formação integral e da educação para a cidadania, favorece o desenvolvimento do planejamento financeiro, do consumo consciente, da tomada de decisões responsáveis e da participação social. Observa-se ainda que sua inserção na EJA pode contribuir para reduzir situações de vulnerabilidade econômica, fortalecer a autonomia dos estudantes e ampliar oportunidades de inclusão social. Conclui-se que a incorporação da educação financeira às práticas pedagógicas da EJA representa uma estratégia relevante para a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de enfrentar os desafios econômicos da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Educação Financeira; Educação de Jovens e Adultos; Inclusão Social.

ABSTRACT

Financial education has assumed an increasingly important role in

discussions on citizenship education, particularly in view of rising household indebtedness, the expansion of credit availability, and the need for more conscious economic decision-making. In the context of Youth and Adult Education, this topic is particularly relevant, as students in this educational modality often have to reconcile work, family responsibilities, and challenges related to socioeconomic vulnerability. This article aims to analyze the contributions of financial education to the promotion of autonomy and social inclusion in Youth and Adult Education through a narrative literature review. The research was based on studies published in national and international databases, as well as normative documents related to financial education and EJA. The results indicate that financial education, when understood as a component of comprehensive education and citizenship education, promotes the development of financial planning, conscious consumption, responsible decision-making, and social participation. It is also observed that incorporating financial education into EJA can contribute to reducing situations of economic vulnerability, strengthening students' autonomy, and expanding opportunities for social inclusion. It is concluded that incorporating financial education into EJA pedagogical practices represents a relevant strategy for developing critical and autonomous individuals capable of addressing the economic challenges of contemporary society.

Keywords: Financial Education; Youth and Adult Education; Social Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação financeira consolidou-se como um dos temas emergentes nas agendas educacionais e nas políticas públicas de diversos países, impulsionada pelas profundas

transformações econômicas, tecnológicas e sociais que passaram a influenciar as decisões financeiras dos indivíduos. A expansão do crédito, a digitalização dos serviços bancários, a popularização dos meios eletrônicos de pagamento e o crescimento do comércio digital ampliaram o acesso da população ao sistema financeiro, mas também aumentaram a complexidade das decisões relacionadas ao consumo, ao endividamento e ao planejamento financeiro. Nesse cenário, a educação financeira passou a ser compreendida como um elemento estratégico para promover o bem-estar econômico, reduzir vulnerabilidades e fortalecer a participação dos cidadãos na vida econômica e social (OECD, 2020; Lusardi; Mitchell, 2014).

Essa compreensão ultrapassa a perspectiva restrita da administração das finanças pessoais. A literatura reconhece que a educação financeira envolve conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos relacionados à tomada de decisões financeiras conscientes e ao bem-estar financeiro (Atkinson; Messy, 2012; OECD, 2020). No campo educacional, essa perspectiva permite compreender a educação financeira para além da transmissão de conhecimentos técnicos sobre orçamento, crédito ou investimentos, relacionando-a ao desenvolvimento da autonomia e à formação para a participação consciente na vida econômica e social (Souza; Santos, 2022).

No Brasil, esse movimento ganhou maior expressão com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída em 2010 e renovada por meio do Decreto nº 10.393/2020, além da inclusão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passou a tratá-la como Tema Contemporâneo Transversal da educação básica. Essas iniciativas evidenciam o reconhecimento da educação financeira como política pública

voltada à formação cidadã, buscando preparar crianças, jovens e adultos para lidar de maneira crítica e responsável com as demandas financeiras da sociedade contemporânea. Entretanto, a literatura aponta que a inserção da educação financeira no contexto escolar ainda apresenta desafios de implementação e consolidação, especialmente quando se consideram diferentes etapas e modalidades de ensino (Cunha, 2020; Giordano; Assis; Coutinho, 2019; Ceron et al., 2024).

A Educação de Jovens e Adultos ocupa posição singular no sistema educacional brasileiro por atender estudantes cujas trajetórias escolares foram interrompidas por diferentes circunstâncias sociais, econômicas e relacionadas às suas trajetórias de vida. Trata-se, em sua maioria, de trabalhadores e indivíduos que retornam à escola trazendo experiências construídas no mundo do trabalho e nas relações sociais. Essas características tornam especialmente relevantes, no contexto da EJA, questões relacionadas ao orçamento familiar, ao consumo, ao crédito, ao empreendedorismo e ao planejamento financeiro, conferindo à educação financeira potencial pedagógico relevante nessa modalidade. Nessa perspectiva, discutir educação financeira na EJA significa aproximar os conteúdos escolares das experiências concretas dos educandos e fortalecer processos educativos comprometidos com a formação cidadã e com a transformação da realidade social (Freire, 2021; Arroyo, 2017; Brasil, 2021).

Sob a perspectiva da educação crítica, a inserção da educação financeira na EJA não deve restringir-se ao ensino de cálculos financeiros ou à transmissão de técnicas de controle do orçamento doméstico. Inspirada nos princípios defendidos por Paulo Freire, essa temática pode constituir um espaço de problematização das

relações de consumo, do endividamento, das desigualdades econômicas e dos mecanismos de exclusão social presentes na sociedade contemporânea. Dessa forma, a educação financeira passa a contribuir para a construção de processos educativos contextualizados, capazes de favorecer a autonomia dos estudantes e contribuir para uma participação mais consciente na vida econômica e social (Freire, 2021; Saviani, 2021; Sacristán, 2000).

Embora a produção científica sobre educação financeira tenha crescido de forma significativa nos últimos anos, observa-se que ainda existem lacunas na produção voltada a contextos educacionais específicos. No caso da Educação de Jovens e Adultos, essas lacunas justificam a ampliação de estudos que investiguem as contribuições da temática para a autonomia e a inclusão social.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, as contribuições da educação financeira para a promoção da autonomia e da inclusão social na Educação de Jovens e Adultos, buscando compreender de que forma essa temática pode fortalecer a formação cidadã e ampliar as possibilidades de participação social dos estudantes dessa modalidade de ensino.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. A revisão narrativa possibilita reunir, interpretar e discutir criticamente diferentes contribuições teóricas e empíricas acerca de determinado fenômeno, permitindo uma compreensão abrangente do conhecimento produzido sobre o tema, sem exigir o mesmo grau de

padronização dos procedimentos de busca, seleção e síntese característicos das revisões sistemáticas (Rother, 2007). A escolha dessa abordagem mostra-se adequada ao objetivo do estudo, uma vez que se busca compreender as contribuições da educação financeira para a promoção da autonomia e da inclusão social na Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulando estudos científicos, produções teóricas e documentos normativos.

A pesquisa bibliográfica foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2026, mediante consultas às bases SciELO, Portal de Periódicos CAPES e Google Scholar, complementadas pela consulta a documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais relacionados à educação financeira, à educação e à Educação de Jovens e Adultos, incluindo publicações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), do Ministério da Educação (MEC) e documentos relacionados às políticas brasileiras de educação financeira. Foram utilizados, isoladamente e de forma combinada, os descritores “educação financeira”, “Educação de Jovens e Adultos”, “EJA”, “cidadania”, “inclusão social”, “autonomia”, “financial education” e “adult education”, considerando publicações em português e inglês.

Como recorte temporal, foram priorizados artigos científicos publicados entre 2015 e 2026, sem excluir livros, documentos oficiais e obras clássicas anteriores a esse período quando considerados relevantes para a fundamentação conceitual, educacional ou normativa do estudo. Foram incluídas publicações que apresentassem relação direta ou complementar com a educação financeira em contextos educacionais, especialmente aquelas que abordassem sua relação com autonomia, cidadania, inclusão social, práticas pedagógicas, políticas públicas ou Educação de Jovens e

Adultos. Foram excluídos estudos direcionados exclusivamente à administração financeira empresarial, ao mercado de capitais, à gestão corporativa ou a análises econômicas sem relação com processos educativos.

O processo de análise ocorreu de forma sucessiva. Inicialmente, foi realizada uma leitura exploratória dos resultados recuperados nas bases consultadas, com o objetivo de identificar trabalhos potencialmente relacionados ao problema e ao objetivo da pesquisa. Posteriormente, realizou-se uma leitura seletiva, considerando a pertinência temática, a aderência aos critérios de inclusão e a contribuição dos estudos para a compreensão da relação entre educação financeira, autonomia, inclusão social e EJA. Na etapa seguinte, os trabalhos selecionados foram submetidos a leitura analítica e interpretativa, buscando identificar os principais argumentos, evidências, convergências, divergências e lacunas presentes na literatura.

Para a interpretação do material selecionado, foram consideradas as relações estabelecidas pelos estudos entre educação financeira e tomada de decisão, planejamento financeiro, consumo, crédito, endividamento, autonomia, inclusão financeira, cidadania e participação social, bem como as especificidades da Educação de Jovens e Adultos e as condições necessárias para a inserção da temática nas práticas pedagógicas. A análise buscou estabelecer relações entre os diferentes estudos, considerando seus contextos, enfoques e principais contribuições, de modo a construir uma síntese interpretativa coerente com o objetivo da pesquisa.

Por se tratar de uma revisão narrativa, os resultados não foram submetidos a procedimentos de agregação estatística ou

metanálise. A interpretação privilegiou a análise qualitativa e comparativa das contribuições encontradas na literatura, permitindo discutir tanto as evidências favoráveis à educação financeira quanto suas limitações e os desafios relacionados à sua implementação na EJA. A síntese dos achados considerou as convergências e divergências entre os estudos, bem como a relação de suas evidências com as especificidades da Educação de Jovens e Adultos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Educação Financeira Como Instrumento de Cidadania

As transformações econômicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas modificaram significativamente a forma como indivíduos e famílias estabelecem relações com o consumo, o crédito e os serviços financeiros. A ampliação do acesso ao sistema bancário, a expansão das plataformas digitais de pagamento e a crescente oferta de produtos financeiros tornaram as decisões econômicas mais frequentes e complexas, exigindo da população conhecimentos que ultrapassam a simples administração do orçamento doméstico. Nesse contexto, a educação financeira passou a ocupar posição estratégica nas agendas internacionais de desenvolvimento, sendo reconhecida como instrumento capaz de favorecer o bem-estar financeiro, fortalecer a resiliência econômica e apoiar decisões financeiras mais conscientes (OECD, 2020; OECD, 2023; Lusardi; Mitchell, 2014).

Essa mudança de perspectiva pode ser observada na evolução das discussões sobre educação financeira. Inicialmente associada ao ensino de conhecimentos relacionados à poupança, ao controle de gastos e ao planejamento financeiro individual, a temática passou a

incorporar dimensões sociais e educacionais, sendo compreendida também em sua relação com o desenvolvimento econômico e social. Conforme destacam Souza e Santos (2022), a educação financeira representa uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico do século XXI, especialmente quando incorporada aos processos educacionais. Da mesma forma, López-Lapo et al. (2022) destacam que, na América Latina, os programas de educação financeira podem contribuir para a melhoria da gestão das finanças pessoais e para a inclusão financeira, embora seus resultados sejam condicionados pelas características econômicas e institucionais de cada país.

No cenário internacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) assumiu papel de destaque na formulação de orientações e políticas voltadas à educação financeira, recomendando que os países desenvolvam estratégias nacionais capazes de preparar seus cidadãos para lidar com decisões financeiras cada vez mais complexas. Nesse contexto, o Brasil instituiu, em 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), posteriormente renovada por meio do Decreto nº 10.393/2020. Paralelamente, a inserção da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representou importante avanço ao incorporar a temática de forma transversal ao currículo da educação básica, ampliando sua abordagem para além de uma perspectiva exclusivamente associada à Matemática Financeira (Brasil, 2010, 2018, 2020; Giordano; Assis; Coutinho, 2019; Cunha, 2020).

Entretanto, diferentes estudos indicam que a incorporação da educação financeira aos documentos curriculares não assegura, por si só, sua efetiva consolidação nas instituições de ensino. Ceron et al.

(2024), ao analisarem a produção científica brasileira sobre educação financeira e alfabetização financeira entre 2011 e 2022, identificam crescimento do interesse acadêmico pelo tema, evidenciando a expansão das pesquisas na área. De maneira semelhante, Melo e Pedro (2024) discutem a inserção ainda insuficiente da educação financeira no sistema educacional brasileiro e destacam a necessidade de ampliar sua presença nos diferentes níveis e segmentos de ensino.

Essa limitação também é discutida em estudo comparativo realizado entre Brasil e Paraguai, no qual Cavalcante (2025) evidencia que, embora ambos os países tenham avançado na formulação de políticas públicas voltadas à educação financeira, persistem desafios relacionados à formação docente, à consolidação curricular da temática e à necessidade de ampliar pesquisas que investiguem sua contribuição para a inclusão social. O autor ressalta que a educação financeira deve ser compreendida não apenas como mecanismo de fortalecimento da economia, mas como instrumento de desenvolvimento humano, capaz de favorecer maior autonomia nas decisões financeiras e ampliar as oportunidades de participação social.

Sob a perspectiva educacional, essa compreensão aproxima-se das concepções defendidas por Freire (2021), para quem a educação deve possibilitar aos sujeitos a leitura crítica da realidade e a construção de práticas emancipatórias. Embora Freire não tenha tratado especificamente da educação financeira, seus pressupostos permitem compreendê-la como um processo de formação que ultrapassa a transmissão de conhecimentos técnicos, favorecendo a problematização das relações de consumo, das desigualdades econômicas e dos mecanismos de exclusão social. Nessa mesma

direção, Saviani (2021) compreende a educação escolar como espaço de apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, contribuindo para que os estudantes desenvolvam condições de compreender e atuar sobre a realidade.

Desse modo, a educação financeira pode ser compreendida como um componente da formação cidadã, cuja finalidade não se restringe à melhoria da gestão das finanças pessoais. Sua contribuição reside na possibilidade de fortalecer a autonomia dos indivíduos, ampliar sua capacidade de participação econômica e favorecer processos de inclusão social, especialmente entre grupos historicamente marcados por situações de vulnerabilidade. Essa perspectiva amplia significativamente o alcance da educação financeira e fornece fundamentos para discutir sua inserção em modalidades educacionais voltadas à promoção da cidadania, como a Educação de Jovens e Adultos.

3.2. A Educação de Jovens e Adultos Como Espaço de Inclusão Social

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da educação básica destinada a sujeitos que, por diferentes razões sociais, econômicas ou culturais, não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade considerada regular. Entretanto, reduzir a EJA à função de escolarização tardia significa desconsiderar sua dimensão política, social e emancipatória. Ao longo das últimas décadas, essa modalidade consolidou-se como um espaço de promoção da cidadania, de valorização das trajetórias de vida e de enfrentamento das desigualdades educacionais historicamente produzidas na sociedade brasileira.

Os estudantes da EJA apresentam características bastante distintas daquelas observadas no ensino regular. Em grande medida, são trabalhadores, chefes de família, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou indivíduos que retornam à escola após longos períodos de afastamento. Essas experiências conferem à modalidade uma riqueza de saberes construída nas relações de trabalho, nas vivências comunitárias e nos desafios cotidianos, exigindo práticas pedagógicas contextualizadas e articuladas com a realidade dos educandos.

Nessa perspectiva, os princípios educacionais defendidos por Paulo Freire (1996) permitem compreender a Educação de Jovens e Adultos como um espaço educativo que deve partir da leitura crítica da realidade vivida pelos estudantes, valorizando seus conhecimentos prévios e promovendo processos educativos baseados no diálogo e na problematização. Para o autor, ensinar não consiste na transmissão mecânica de conteúdos, mas envolve uma relação dialógica na construção do conhecimento, permitindo que os sujeitos compreendam criticamente o mundo e atuem sobre ele de forma transformadora. Essa concepção se contrapõe à educação bancária e atribui à prática educativa um papel central na autonomia e na emancipação humana.

Arroyo (2017) amplia essa compreensão ao destacar que os sujeitos da EJA carregam histórias marcadas por processos de exclusão social, interrupções da escolarização e inserção precoce no mundo do trabalho. Assim, a modalidade deve reconhecer essas trajetórias como elementos constitutivos do processo educativo, superando perspectivas compensatórias que tratam a EJA apenas como mecanismo de reposição da escolaridade perdida. Para o autor, a escola precisa assumir o compromisso de reconhecer os estudantes

como sujeitos de direitos, portadores de saberes e experiências e capazes de produzir conhecimentos e participar ativamente da vida social.

Essa compreensão também encontra respaldo nas Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2021, que orientam a organização da modalidade considerando as especificidades dos sujeitos da EJA e sua articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A normativa estabelece diretrizes para a oferta e a organização dos cursos, contemplando diferentes formas de articulação da formação escolar e profissional e considerando as características, os interesses e as condições de vida e de trabalho dos estudantes. Nessa perspectiva, a organização da EJA deve considerar as necessidades e os contextos dos educandos, favorecendo uma formação articulada às suas experiências e às demandas sociais e profissionais contemporâneas (Brasil, 2021).

Ao discutir currículo, Sacristán (2000) destaca que ele representa muito mais do que uma simples organização de conteúdos escolares; constitui uma seleção cultural permeada por valores, interesses e concepções de sociedade. Dessa forma, a definição dos conhecimentos que compõem o currículo da EJA possui implicações sobre as experiências formativas e as possibilidades de participação social oferecidas aos estudantes. Nessa perspectiva, a inserção de temas relacionados à vida cotidiana, ao trabalho, aos direitos sociais e à educação financeira pode contribuir para que o currículo dialogue com as experiências concretas dos educandos e reconheça conhecimentos que possuem relevância para sua formação.

Sob essa perspectiva, a EJA configura-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas educativas comprometidas com a inclusão social. Mais do que garantir certificação escolar, essa modalidade busca ampliar as possibilidades de inserção social, fortalecer a autonomia dos estudantes e contribuir para a redução das desigualdades historicamente acumuladas. Trata-se de reconhecer que o acesso ao conhecimento constitui condição fundamental para que jovens e adultos possam compreender criticamente sua realidade e ampliar suas oportunidades de participação na vida econômica, política e cultural.

Nesse contexto, temas contemporâneos relacionados ao trabalho, ao consumo, aos direitos do consumidor, ao planejamento financeiro e à utilização consciente dos recursos econômicos adquirem relevância especial, pois dialogam diretamente com as experiências vividas pelos estudantes da EJA. A incorporação dessas temáticas ao processo educativo amplia o significado social da escola e fortalece sua função de promover uma formação comprometida com a autonomia e a inclusão social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura permitiu identificar que a educação financeira apresenta contribuições que ultrapassam a aquisição de conhecimentos relacionados ao gerenciamento de recursos financeiros, relacionando-se à tomada de decisões, ao bem-estar econômico, à autonomia e à participação social. Os estudos analisados também evidenciam que esses efeitos não são homogêneos, sendo influenciados pelo contexto educacional, pela intensidade das intervenções e pela continuidade das ações formativas. Essa perspectiva é particularmente relevante para a

Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade caracterizada pela diversidade das trajetórias escolares e pela presença de estudantes que vivenciam diretamente situações relacionadas ao trabalho, à renda, ao consumo e ao crédito.

No âmbito internacional, Kaiser e Lusardi (2024), ao revisarem a literatura empírica sobre alfabetização e educação financeira, identificam evidências de que programas de educação financeira produzem efeitos positivos tanto sobre o conhecimento financeiro quanto sobre determinados comportamentos econômicos. Os autores destacam, contudo, que a magnitude desses efeitos varia de acordo com o tipo de resultado avaliado, a intensidade da intervenção, o formato da ação educativa e a idade dos participantes. Os efeitos tendem a ser mais expressivos sobre comportamentos relacionados ao orçamento e à poupança do que sobre determinadas condutas relacionadas ao endividamento. Além disso, intervenções mais intensivas apresentam resultados superiores às ações baseadas exclusivamente na transmissão pontual de informações.

A educação financeira parece apresentar maior potencial quando possibilita que os conhecimentos sejam apropriados e aplicados em situações concretas. Essa constatação é particularmente significativa no contexto da EJA, pois os estudantes dessa modalidade possuem experiências econômicas e sociais que podem constituir ponto de partida para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas.

Os resultados encontrados também são consistentes com as evidências de Kaiser e Menkhoff (2020), cuja meta-análise de estudos experimentais demonstra efeitos positivos das intervenções

de educação financeira sobre conhecimentos e comportamentos financeiros. A literatura analisada indica, entretanto, que a efetividade das ações está relacionada à forma como são estruturadas, reforçando a necessidade de intervenções educativas que não sejam exclusivamente pontuais.

Essa questão é aprofundada por García e Pérez-Oleaga (2025), cujo estudo experimental evidencia impactos positivos de programas de educação financeira, mas também chama atenção para a possibilidade de redução desses efeitos ao longo do tempo quando não existe reforço ou acompanhamento posterior. Essa evidência apresenta implicações relevantes para a EJA, pois ações isoladas, palestras ou atividades esporádicas podem produzir resultados imediatos, mas sua manutenção depende de processos educativos contínuos e articulados às experiências dos estudantes.

Na EJA, os estudos analisados destacam a importância de práticas pedagógicas contextualizadas, relacionadas às experiências concretas dos educandos. Questões como orçamento familiar, consumo, crédito e endividamento podem aproximar os conteúdos financeiros das situações vivenciadas pelos estudantes. Hurtado e Freitas (2020) destacam a relevância da educação financeira nesse contexto, enquanto Sacristán (2000) ressalta a importância de um currículo relacionado às experiências e necessidades dos educandos. Assim, a educação financeira tende a apresentar maior relevância pedagógica quando desenvolvida por meio de situações reais e articulada a diferentes áreas do conhecimento.

Hurtado e Freitas (2020), ao discutirem especificamente a educação financeira na EJA, destacam a importância dessa temática para estudantes que vivenciam diferentes situações relacionadas à renda,

ao trabalho e às condições socioeconômicas. Os estudos analisados também associam a educação financeira à possibilidade de fortalecimento da autonomia, uma vez que o conhecimento sobre orçamento, poupança, investimento e planejamento permite aos indivíduos administrar seus recursos de maneira mais consciente e estabelecer estratégias para alcançar objetivos pessoais e familiares.

Essa relação entre conhecimento e autonomia também é sustentada por Kaiser e Lusardi (2024), que sintetizam evidências segundo as quais a educação financeira pode produzir efeitos sobre comportamentos econômicos, especialmente quando os indivíduos são colocados diante de situações nas quais precisam aplicar os conhecimentos adquiridos.

Outra dimensão identificada na literatura diz respeito à relação entre educação financeira e inclusão. López-Lapo et al. (2022), ao analisarem o contexto latino-americano, destacam a relevância da educação financeira para a inclusão financeira e para a redução de desigualdades associadas ao acesso e à utilização dos serviços financeiros. O estudo analisado indica que baixos níveis de conhecimento financeiro podem representar obstáculos à utilização consciente de serviços bancários, ao uso responsável do crédito e à tomada de decisões econômicas.

Essa discussão é particularmente relevante quando relacionada à EJA. Os estudantes dessa modalidade apresentam trajetórias educacionais marcadas, em muitos casos, por interrupções da escolarização e por condições sociais e econômicas diferenciadas. Hurtado e Freitas (2020) destacam justamente a importância de compreender esse público a partir de suas condições concretas e de suas expectativas de transformação social, profissional e econômica.

Entretanto, os estudos analisados indicam que a existência de documentos normativos não garante, por si só, a efetiva presença da educação financeira nas práticas pedagógicas. Cunha (2020) discute a chegada da temática ao espaço escolar no contexto das políticas públicas brasileiras, enquanto Giordano, Assis e Coutinho (2019) analisam sua relação com a BNCC. Os estudos analisados destacam ainda que a concretização das orientações curriculares depende das condições institucionais, da formação dos professores e das formas de mediação pedagógica desenvolvidas nas escolas.

Entretanto, a revisão também evidencia que não se deve atribuir à educação financeira, isoladamente, a capacidade de superar situações estruturais de pobreza, desigualdade ou exclusão social. Seu papel deve ser compreendido como parte de um conjunto mais amplo de políticas educacionais e sociais. Nesse sentido, sua contribuição está principalmente na ampliação do conhecimento, da capacidade de análise e das possibilidades de tomada de decisão dos sujeitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as contribuições da educação financeira para a promoção da autonomia e da inclusão social na Educação de Jovens e Adultos, a partir de uma revisão narrativa da literatura. A análise das publicações evidenciou que a educação financeira vem sendo compreendida de forma cada vez mais ampla, deixando de representar apenas um conjunto de conhecimentos voltados ao controle das finanças pessoais para constituir um importante instrumento de formação cidadã, capaz de contribuir para a compreensão crítica das relações econômicas presentes na sociedade contemporânea.

Os resultados indicam que a Educação de Jovens e Adultos apresenta características que tornam particularmente relevante a inserção dessa temática em suas práticas pedagógicas. Os estudantes dessa modalidade vivenciam diariamente decisões relacionadas ao consumo, ao crédito, ao orçamento familiar e ao trabalho, aspectos que aproximam a educação financeira de situações concretas de sua realidade. Nesse contexto, práticas pedagógicas contextualizadas e fundamentadas no diálogo entre os conhecimentos escolares e as experiências de vida dos educandos tendem a favorecer aprendizagens socialmente significativas e alinhadas aos princípios da educação emancipatória.

A revisão também evidenciou que a educação financeira pode contribuir para fortalecer a autonomia dos estudantes ao favorecer processos de tomada de decisão mais conscientes, estimular o planejamento financeiro e ampliar a compreensão sobre direitos e deveres nas relações econômicas.

Da mesma forma, observou-se seu potencial para favorecer a inclusão social. Nesse sentido, a inclusão financeira deve ser compreendida como uma dimensão desse processo, relacionada ao acesso informado e consciente a serviços e instrumentos financeiros, não sendo sinônimo de inclusão social. Esta última possui alcance mais amplo, envolvendo também condições de participação econômica, educacional e social. Assim, ao ampliar conhecimentos e reduzir assimetrias de informação, a educação financeira pode contribuir para fortalecer a autonomia dos sujeitos e ampliar suas possibilidades de participação na sociedade.

Apesar dos avanços observados nas políticas públicas brasileiras, especialmente com a instituição da Estratégia Nacional de

Educação Financeira e a incorporação da temática à Base Nacional Comum Curricular, verificou-se que a produção científica voltada especificamente para a Educação de Jovens e Adultos ainda é limitada. Essa lacuna evidencia a necessidade de ampliar pesquisas que investiguem metodologias de ensino, práticas pedagógicas e experiências desenvolvidas nessa modalidade, contribuindo para fundamentar políticas públicas e orientar a atuação das instituições educacionais.

Como limitação, este estudo fundamentou-se em uma revisão narrativa da literatura, o que não permite esgotar a diversidade de abordagens existentes nem estabelecer generalizações estatísticas sobre os resultados apresentados. Ainda assim, acredita-se que a sistematização realizada oferece uma visão abrangente do estado atual das discussões e contribui para ampliar o debate sobre a inserção da educação financeira na Educação de Jovens e Adultos.

Por fim, considera-se que a educação financeira pode desempenhar papel relevante na formação integral dos estudantes da EJA ao favorecer processos educativos comprometidos com a autonomia, a inclusão social e o exercício da cidadania. Mais do que preparar indivíduos para administrar recursos financeiros, trata-se de possibilitar que jovens e adultos compreendam criticamente as relações econômicas que permeiam seu cotidiano e ampliem sua capacidade de participar de forma consciente e responsável da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-anne. Measuring financial literacy: results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n. 15. Paris: OECD Publishing, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191091-rceb001-21/file>. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10393-9-junho-2020-790298-publicacaooriginal-160856-pe.html>. Acesso em: 8 set. 2026.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7397-22-dezembro-2010-609805-normaatualizada-pe.html>. Acesso em: 8 set. 2026.

CAVALCANTE, Roberto Medeiros da Fonseca. Educação financeira em perspectiva: um estudo comparativo entre Brasil e Paraguai. Revista Científica del Centro de Investigación y Desarrollo, Fernando de la Mora, v. 5, n. 1, p. 18-32, 2025. Disponível em: <https://www.uticvirtual.edu.py/revista.recide/index.php/revistas/articulo/view/40>. Acesso em: 8 set. 2026.

CERON, Josiane; ARAUJO, Danilo de Sousa; PIMENTA, Daiana Paula; CUNHA, Moisés Ferreira da. Educação financeira e alfabetização financeira: uma análise bibliométrica sobre a evolução dos trabalhos no Brasil. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 16, n. 3, e3546, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n3-013>.

CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 41, e218463, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>.

FREIRE, Paulo. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCÍA, Gonzalo Llamosas; PÉREZ-OLEAGA, Cristina Mazas. What works in financial education? Experimental evidence on program impact. Journal of Behavioral and Experimental Economics, v. 119, 102401, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socec.2025.102401>.

GIORDANO, Cassio Cristiano; ASSIS, Marco Rodrigo da Silva; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. A educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular. Em Teia: Revista de Educação

Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 10, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36397/emteia.v10i3.241442>.

HURTADO, Antonio Paulo Guillen; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 56-76, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-2020-52731>.

KAISER, Tim; LUSARDI, Annamaria. Financial literacy and financial education: an overview. NBER Working Paper, n. 32355, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3386/w32355>.

KAISER, Tim; MENKHOFF, Lukas. Financial education in schools: a meta-analysis of experimental studies. Economics of Education Review, v. 78, 101930, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2019.101930>.

LÓPEZ-LAPO, Jorge Luis; HERNÁNDEZ OCAMPO, Silvana Elizabeth; PELÁEZ MORENO, Lenin Ernesto; SARMIENTO CASTILLO, Germania Del Pilar; PEÑA VÉLEZ, Maritza Jackeline; CUEVA JIMÉNEZ, Neusa Cecilia; SÁNCHEZ LOOR, Juan Pablo. Educación financiera en América Latina. Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar, v. 6, n. 1, p. 3810-3826, 2022. DOI: https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v6i1.1770.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>.

MELO, Leonardo Alves de; PEDRO, Josélia Galiciano. A escassez de educação financeira no sistema educacional brasileiro. Colloquium Socialis, v. 7, n. 1, e234845, 2024. Disponível em:

<https://journal.unoeste.br/index.php/cs/article/view/4845>. Acesso em: 8 set. 2026.

OECD. OECD/INFE 2020 international survey of adult financial literacy. Paris: OECD Publishing, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1787/145f5607-en>.

OECD. OECD/INFE 2023 international survey of adult financial literacy. OECD Business and Finance Policy Papers, n. 39. Paris: OECD Publishing, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1787/56003a32-en>.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 6. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SOUZA, Eliane Alves de; SANTOS, Luciene Suzarte. A educação financeira como uma importante contribuição para a economia no século 21. Revista Mais Educação, São Caetano do Sul, v. 5, n. 1, p. 142-155, mar. 2022.

¹ Docente do Instituto Federal de Alagoas – Ifal Campus Satuba. Mestre em Engenharia Industrial pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Gestão de Logística Empresarial pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Claretiano (CLARETIANO). Graduado

em Administração pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)